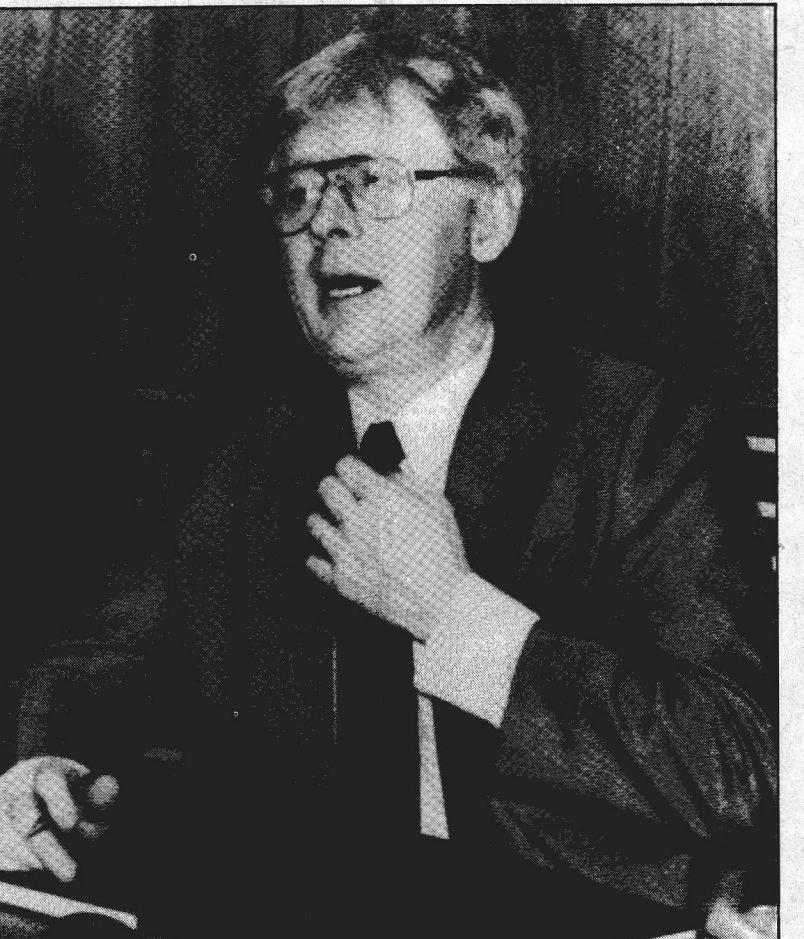


O BTNF já vigora e indica inflação de 22%



Gonçales: moeda alternativa.

Na tentativa de evitar uma explosão da inflação a partir deste mês, o governo anunciou ontem a reindexação da economia brasileira. O Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), em vigor desde ontem, já aponta uma inflação de 22,3% em junho, número muito acima das expectativas mais pessimistas do governo até o início da semana. A partir de hoje, praticamente tudo pode ter seu preço fixado em BTNF fiscal, com variação diária. Ficam fora somente os aluguéis, prestações da casa própria, mensalidades escolares, salários e alguns preços ainda sob controle do governo.

Isso significa que o comércio poderá, a partir de agora, apresentar seus preços em BTNF desde que no ato da venda seja feita a conversão em cruzados novos. Segundo o assessor especial do Ministério da Fazenda, Cláudio Adilson Gonçales, o BTNF passa a ser "uma moeda alternativa de valor constante, capaz de dar uma maior segurança aos agentes econômicos e de agir positivamente para a estabilização das taxas inflacionárias".

A tensão que tomou conta do governo nas últimas 48 horas e apressou a reindexação plena da economia — processo inicialmente previsto para 1º de julho — foi provocada pelo prenúncio de uma inflação superior a 20% em junho. Na quarta-feira, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, levou ao presidente Sarney a estimativa do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) das três primeiras semanas que compõem o cálculo do mês. Sem a indexação plena, o salto de 9,94% de maio para mais de 20% este mês poderia acender o estopim da hiperinflação, na avaliação do governo.

Se o fim das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) foi a tática mais ousada do Plano Verão, a reindexação plena, cinco meses depois, é apenas mais uma tentativa desesperada de evitar a dolarização da economia, considerada a ante-sala da hiperinflação. Sem a indexação, o governo

temia também a fuga da poupança para o consumo ou para a formação de estoques especulativos.

Perdendo a corrida

O governo tomou o cuidado de deixar fora da indexação diária produtos da cesta básica e itens com peso ponderável no índice da inflação, como aluguéis, prestação da casa própria e mensalidades escolares. Deixou também excluídos os salários, que aguardam a sanção da nova política salarial aprovada pelo Congresso. Mas, mesmo com a previsão de reajustes mensais de acordo com a lei, os salários perderão a corrida para os preços, que correrão livres no mercado.

Assessores do ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, tentaram minimizar a importância que a liberdade proporcionada pela indexação diária nos preços de bens e serviços terá sobre o processo inflacionário. Segundo esses assessores, a liberalidade não significa que os preços subirão diariamente, de acordo com a BTNF que será divulgada todo dia pela Receita Federal. Mas há temores de que se repita o fenômeno ocorrido às vésperas do Plano Verão, quando já se observava a inflação em OTNs (os produtos eram aumentados, por exemplo, de 12 para 15 OTNs).

Para vencer as turbulências no campo econômico, o governo vai precisar do apoio do Congresso. Mas ontem já surgiram reações. Como a do candidato do PMDB à Presidência da República, deputado Ulysses Guimarães, para quem "a indexação significa institucionalizar a inflação". "Se o governo indexou, é porque pretende acompanhar a inflação", raciocinou o deputado.

Pelo menos em um ponto a reindexação será francamente favorável à política econômica do governo: o recolhimento de impostos também foi indexado. Com isso, o valor dos tributos não será corroído pela inflação no percurso que vai do momento do cálculo pelo contribuinte até os cofres do Tesouro.